

RAUL LONGO ZOCAL

*Mestre em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (2021).
Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (2014). Possui
trabalhos nas áreas de direito processual civil, direito comercial e
arbitragem. Advogado em São Paulo.*

ARBITRAGEM, JURISDIÇÃO E ANULAÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS

UM ESTUDO SOBRE O EXERCÍCIO DA PRETENSÃO ANULATÓRIA PELA VIA ARBITRAL

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, outono de 2022
editoraquartier@uol.com.br
 @editoraquartierlatin

RAUL LONGO ZOCAL

Arbitragem, Jurisdição e Anulação de Sentenças Arbitrais:

Um Estudo sobre o Exercício da Pretensão Anulatória pela Via Arbitral

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

1 5 1 1 0 1 3 7

ISBN 978-65-5575-139-0

1. Arbitragem. 2. Processo Arbitral. 3. Contencioso. 4. Jurisdição. 5. Sentença Arbitral.
6. Anulatória. I. Título.

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães

Finalização

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone/*Whatsapp*: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

Instagram: @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimento 9

APRESENTAÇÃO POR PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON, 11

NOTA PRÉVIA POR PAULA COSTA E SILVA, 17

POSFÁCIO POR FLÁVIO LUIZ YARSELL, 203

1. INTRODUÇÃO, 23

1.1. Objeto da Pesquisa.....	23
1.2. Justificativa do Tema.....	23
1.2.1. Contexto e interesse no estudo	23
1.2.2. Razões dogmáticas para o estudo do tema	33
1.3. Metodologia da Pesquisa	34
1.4. Estrutura do Trabalho.....	36
1.5. Doutrina Específica sobre o Tema	38

2. ARBITRAGEM, AUTONOMIA DA VONTADE E PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO, 43

2.1. Pontos de Contato: Arbitragem e Poder Judiciário.....	43
2.2. Dimensão da Autonomia da Vontade. A Autonomia da Vontade como Ponto de Partida na Interpretação e Decisão	46
2.3. Ação Anulatória: Uma Mitigação da Autonomia da Vontade?.....	49

3. CONTROLE DA SENTENÇA ARBITRAL PELA VIA DA AÇÃO ANULATÓRIA, 53

3.1. Uma Diferenciação: Os meios Internos e Consensuais de Controle	54
3.1.1. Pedido de esclarecimentos.....	54
3.1.2. Revisão da sentença por outro tribunal arbitral. A “apelação arbitral”.....	57
3.2. Ação Anulatória: Por que Admitir que Sentenças Arbitrais Sejam Anuladas?	66
3.3. Admitindo a Anulação: Decisão Político- -Legislativa ou Exigência Constitucional?.....	70
3.3.1. Possibilidade de anulação judicial da sentença arbitral como requisito para a arbitragem: uma interpretação equivocada	71
3.3.2. A <i>second look doctrine</i> na arbitragem internacional.....	83
3.3.3. Conclusão: o direito de anulação da sentença arbitral não é essencial pelas regras constitucionais brasileiras	90
3.4. Hipóteses de Anulação: Pontos de Preocupação Legislativa.....	91
3.4.1. Taxatividade do rol de hipóteses de invalidação	92
3.4.2. A questão da ordem pública na fundamentação da ação anulatória	101
3.4.3. Hipóteses relativas ao procedimento (incisos III, VII e VIII)	107
3.4.4. Hipóteses relativas ao árbitro (incisos II e VI)	110
3.4.5. Hipóteses relativas à convenção de arbitragem (incisos I e IV)	116
3.5. Efeito da Procedência do Pedido: Invalidação (e Não Nulidade) da Sentença Arbitral	120
3.6. Conclusão do Capítulo	122

4. EXERCÍCIO DA PRETENSÃO ANULATÓRIA PELA VIA DA ARBITRAGEM, 125

4.1. Pretensão Anulatória e Arbitrabilidade: Uma Abordagem Equivocada.....	126
4.2. Legalidade da Decisão Anulatória pela via Arbitral.....	141
4.2.1. Plano constitucional: ausência de violação à garantia da prestação de tutela jurisdicional	141

4.2.2. Plano infraconstitucional: arbitragem válida não pressupõe recurso possível ao Poder Judiciário.....	144
4.3. Decisão Arbitral sobre Matérias Contidas no Artigo 32 da Lei nº 9.307/96	152
4.3.1. Hipóteses relativas ao procedimento (incisos III, VII e VIII).....	153
4.3.2. Hipóteses relativas ao árbitro (incisos II e VI)	156
4.3.3. Hipóteses relativas à convenção de arbitragem (incisos I e IV)	163
4.4. Conclusão do Capítulo	167

5. CONTROLE SOBRE A NOVA DECISÃO, 169

5.1. Explicação do Problema. Proposta de uma Abordagem Dogmática	169
5.2. Identificação da Sentença Arbitral	171
5.3. A Nova Decisão Arbitral é Passível de Anulação?	176
5.3.1. Ações rescisórias. Semelhanças e diferenças em relação às ações anulatórias. Proposta de encaminhamento	178
5.3.2. Projeção da “rescisória da rescisória” sobre a “anulatória da anulatória”. Delimitação do escopo da nova demanda anulatória	181
5.4. Conclusão do Capítulo	189

6. CONCLUSÕES, 191

7. BIBLIOGRAFIA, 195

POSFÁCIO, 203